Fundação Getulio Vargas | **Veículo:** Diário Catarinense - SC | **Data:** 11/05/2016
Tópico: CPS | **Página:** 22-25 | **Editoria:** POLÍTICA

O SALDO DO PT

13 ANOS DEPOIS

HERANÇA ECONÔMICA E SOCIAL

Avanços na área social ofuscados pela recessão e pelo aumento da taxa de desemprego. Uma das maiores bases de apoio já montadas no Congresso esfacelada por denúncias de corrupção e queda de popularidade. Com quatro mandatos incompletos, o primeiro partido de esquerda a chegar ao poder no Brasil após a redemocratização pode chegar ao fim prematuro com o possível afastamento de Dilma Rousseff. Veja nas próximas páginas qual foi a herança deixada pelo Partido dos Trabalhadores em diferentes áreas de atuação do governo federal.

CADU CALDAS

Autointitulado um governo de esquerda, com olhar voltado para os mais pobres, o PT se prepara para descer a rampa do Planalto deixando para trás um Brasil menos desigual: com menos miseráveis, menos desempregados e melhorias nas áreas de saúde e educação. Mas a crise política, desencadeada após sucessivos escândalos de corrupção, e a recessão da atividade econômica, a pior em 25 anos, ameaçam jogar pela janela boa parte dos avanços sociais conquistados ao longo de uma década.

Programas financiados pelo governo como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e ProUni ajudaram milhões de brasileiros a sair da faixa de pobreza. A queda expressiva na taxa de desemprego – que assegurou carteira assinada a trabalhadores antes relegados à informalidade –, porém, foi o que garantiu a ascensão social de parte da população e até a formação de uma nova classe média.

– A classe C é filha dessa combinação: aumento da renda acima do PIB e da redução da desigualdade. Isso foi revertido pela primeira vez, desde a virada do século, no terceiro trimestre do ano passado, mas surpreendentemente ainda estamos próximos ao auge já alcançado – destaca o professor Marcelo Neri, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e um dos maiores especialistas do país em estudos sobre desigualdade social.

Outrora criticado por adotar políticas assistencialistas, o governo petista utiliza os programas sociais como arma política: sustenta que, chegando ao poder, a oposição deve fazer cortes nos projetos de assistência em vigor no país. Apesar de enfrentar pressão para redução de gastos, a presidente Dilma Rousseff evitou cortes bruscos nos programas sociais. Mesmo assim, impactos foram inevitáveis. A demora no reajuste do Bolsa Família gerou perda de mais de 10% no poder de compra do benefício no último ano. Próximo do afastamento da petista, o governo anunciou aumento de 9,5% no benefício. Num recado de descontentamento, o secretário do Tesouro, Otavio Ladeira, disse que o Tesouro não via espaço fiscal para o reajuste.

Fundação Getulio Vargas | **Veículo:** Diário Catarinense - SC | **Data:** 11/05/2016
Tópico: CPS | **Página:** 22-25 | **Editoria:** POLÍTICA

Um governo que girou no próprio eixo na economia

Inflação acima da meta, câmbio em disparada, juro nas alturas, desconfiança de investidores. Se o afastamento da presidente Dilma Rousseff for confirmado hoje à noite pelo plenário do Senado, o PT deixa o governo com indicadores econômicos muito semelhantes ao que encontrou quando chegou ao Planalto 13 anos e meio atrás. Os bons resultados obtidos no meio do caminho foram praticamente todos corroídos pelo descontrole nos gastos públicos e pela forte recessão.

O cenário nem de longe parece aquele de cinco anos atrás, quando o Brasil passava pela crise internacional – que afundava as principais economias do mundo – sem grandes arranhões e crescia em ritmo acelerado. A situação que o país enfrenta atualmente, afirmam especialistas, começou justamente quando o governo continuou praticando – em período de calmaria – as mesmas medidas adotadas para evitar que as turbulências no exterior chegassem ao Brasil durante a crise de 2008.

À época, o Ministério da Fazenda, sob a batuta de Guido Mantega, aumentou os gastos públicos, por meio de programas de investimento e de estímulo ao crédito, e reduziu impostos, impactando em queda na arrecadação. A fórmula, chamada de "nova matriz econômica", funcionou em tempos de recuo na atividade econômica, mas acabou superaquecendo a economia quando ela já andava em ritmo adequado. Os resultados: aumento da inflação e do endividamento público, críticas de analistas estrangeiros e suspeita de investidores.

– São problemas parecidos com os enfrentados no início de 2003. Mas ser obrigado a percorrer um trajeto já feito ao longo dos últimos anos é mais doloroso. Passa a sensação de que paramos no tempo – afirma Anselmo Luis dos Santos, professor de economia da Unicamp.

A escolha de uma equipe de perfil liberal – Henrique Meirelles no Banco Central e Antonio Palocci, na Fazenda –, estratégia adotada por Luiz Inácio Lula da Silva no início da era petista para tentar garantir credibilidade com a iniciativa privada, foi repetida em 2015 com o convite a Joaquim Levy para comandar as finanças do país. O plano era de que o economista, vindo do sistema financeiro (era diretor no Bradesco), realizasse um corte forte nos gastos públicos.

– Com o relacionamento do governo com o Congresso estremecido, pouco conseguiu fazer. A crise política já estava instalada – avalia Roberto Ellery, professor de economia da Universidade de Brasília.

Os desempenhos mais desastrosos ocorreram justamente em algumas das áreas mais caras para o governo petista: a indústria, os investimentos e a Petrobras.

A estratégia de utilizar o BNDES para liberar recursos com juros subsidiados a grandes indústrias não funcionou como esperado. Não conseguiu impulsionar investimentos privados e ainda ajudou a inflar a dívida pública. As pedaladas fiscais – argumento jurídico que gerou o pedido de impeachment – ocorreram em parte para disfarçar o grande endividamento causado pela expansão fiscal adotada. Hoje, praticamente todo o empresariado brasileiro, inclusive aqueles beneficiados pelo crédito barato oferecido pelo banco público, é crítico ao governo.

Nada foi mais desastroso, porém, que a atuação petista na maior petrolífera do país.

– O incentivo para tornar a Petrobras, uma companhia estatal, protagonista na economia brasileira foi uma armadilha que acabou por tornar a crise incontornável – comenta Gilberto Braga, professor de economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec).

Dragada pelo maior escândalo de corrupção do país, a empresa entrou em crise levando junto centenas de empresas fornecedoras, que tinham a petrolífera como principal cliente.

Fundação Getulio Vargas | **Veículo:** Diário Catarinense - SC | **Data:** 11/05/2016
Tópico: CPS | **Página:** 22-25 | **Editoria:** POLÍTICA

1

2003 – BOLSA FAMÍLIA
O carro-chefe do governo petista foi instituído por meio de uma medida provisória, depois convertida em lei federal. O programa de transferência de renda a pessoas carentes atinge, atualmente, 13,9 milhões de famílias.

2

2004 – PROUNI
O projeto que concede bolsas parciais e integrais a estudantes de baixa renda em universidades particulares foi valorizado pelo ex-presidente Lula como uma mudança de paradigma no país. Até agora, atendeu mais de 1,3 milhão de alunos.

3

2005 – MENSALÃO
O escândalo de pagamento de mesada a parlamentares em troca de apoio abalou o governo Lula e lançou luzes à corrupção entre partidos da base. Mesmo com todo o desgaste político, Lula acabou sendo reeleito no ano seguinte.

4

2006 – PRÉ-SAL
Descoberta pela Petrobras, a camada pré-sal foi valorizada pelo governo do PT como o passaporte para um futuro de bonança econômica. A exploração da jazida de petróleo renderia volume de cerca de 50 bilhões de barris.

5

2006 – APAGÃO AÉREO
Colapsos em série após o acidente com um voo da Gol colocaram em xeque a política no setor aéreo e resultaram na queda do ministro da Defesa, Waldir Pires. Como consequência do apagão, houve atrasos de voos e filas nos aeroportos.

6

2007 – PAC
O carro-chefe no segundo mandato de Lula previa R$ 503 bilhões em investimentos, principalmente em infraestrutura, além de estímulo ao crédito. Dilma Rousseff, então ministra-chefe da Casa Civil, assumiu as rédeas do projeto.

7

2008/2009 – CRISE MUNDIAL
Como resposta ao abalo financeiro internacional, o governo adota medidas de incentivo ao consumo e ao crédito, como isenções fiscais. A estratégia de aumento de gastos públicos deu resultado.

8

2010 – NOVO GOVERNO
Com a ascensão de Dilma à Presidência, a base do governo na Câmara cresceu ainda mais. De 357 deputados aliados eleitos em 2006, a coalizão liderada pelo PT passou a governar com apoio de 402 parlamentares.

9

2011 – FAXINA MINISTERIAL
O primeiro ano do governo Dilma foi marcado por demissões na Esplanada. Oito ministros foram dispensados, entre eles Antônio Palocci (Casa Civil), Alfredo Nascimento (Transportes) e Carlos Lupi (Trabalho).

10

2012/2013 – MENSALÃO (II)
Chegou a vez do julgamento e de prisões de integrantes da cúpula do PT por envolvimento no mensalão. Em novembro de 2013, militantes promoveram atos em desagravo a José Dirceu e José Genoino.

11

2013 – CRISE ENERGÉTICA
A falta de planejamento para o setor foi exposta. O consumo aumentou com o plano de redução das contas de luz. A situação piorou em 2014, com a falta de chuva, o que provocou problemas no abastecimento.

12

2014 – LAVA-JATO
A operação que apurou o megaescândalo de corrupção atingiu em cheio o governo, com acusações de desvios na Petrobras. Com o avanço da investigação, políticos passaram a figurar no núcleo do esquema.

13

2015 – RECESSÃO
A combinação de ajuste fiscal malsucedido, crises econômica e política e desemprego em alta pôs o governo Dilma na UTI. Sem apoio legislativo e atingida por protestos de rua, a presidente sofreu processo de impeachment.

Fundação Getulio Vargas | **Veículo:** Diário Catarinense - SC | **Data:** 11/05/2016
Tópico: CPS | **Página:** 22-25 | **Editoria:** POLÍTICA

ALTOS E BAIXOS DE UMA ERA NO PLANALTO

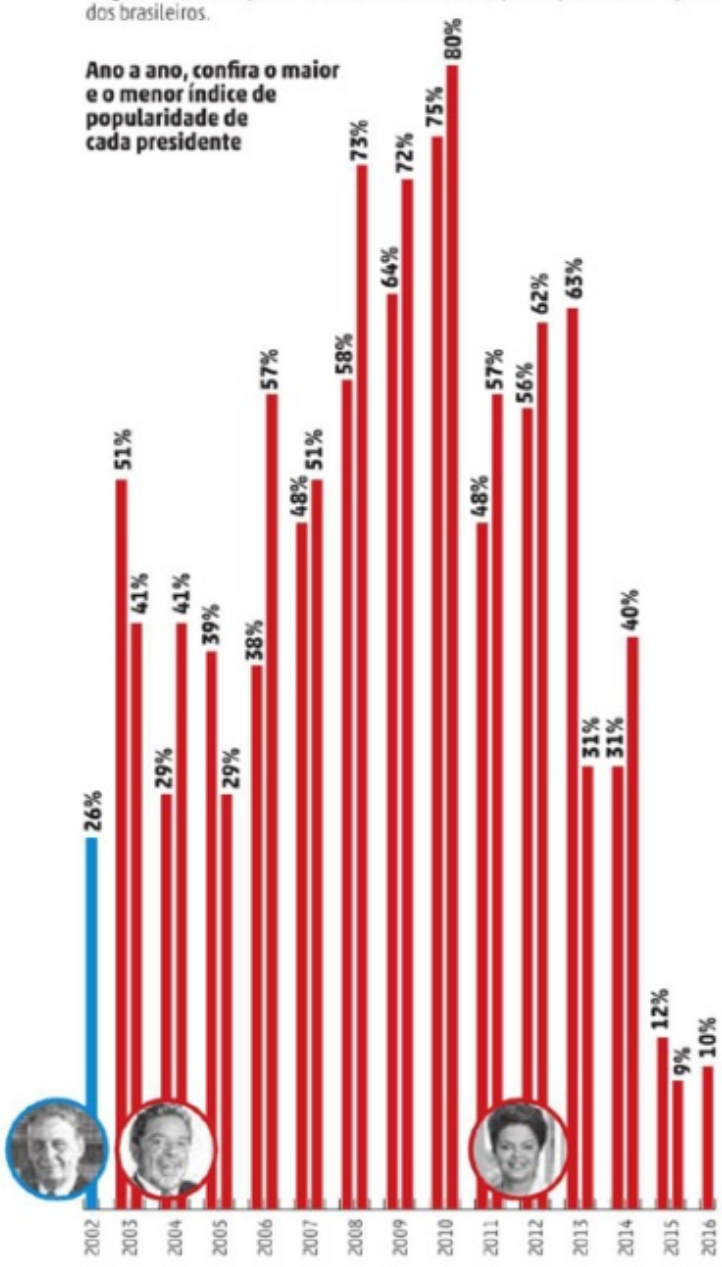
Os principais índices da economia brasileira mostram que, após 13 anos, o Partido dos Trabalhadores deixa como saldo um governo com resultados semelhantes aos encontrados em 2003, quando subiu pela primeira vez a rampa do Palácio do Planalto. Depois dos anos de crescimento farto, impulsionado pelo alto preço das matérias-primas no mercado internacional, o recuo a patamares próximos a de uma década atrás gera uma sensação de perda. Na área social, o desempenho foi melhor. Os números mostram que a recessão já deixou marcas e o ponto mais alto dos indicadores ficou para trás.

Fundação Getulio Vargas | **Veículo:** Diário Catarinense - SC | **Data:** 11/05/2016
Tópico: CPS | **Página:** 22-25 | **Editoria:** POLÍTICA

APROVAÇÃO DO GOVERNO*

Quando o índice de popularidade de um governante pode ser confundido com percentual de inflação, é sinal de que a economia não anda bem. A advertência, brincadeira comum entre cientistas políticos, cabe bem à presidente Dilma Rousseff que, no final de 2015, chegou a 9% de aprovação – a inflação oficial estava em 10,69% no mesmo período. O cenário era impensável cinco anos antes, quando o antecessor deixava o governo com popularidade recorde.

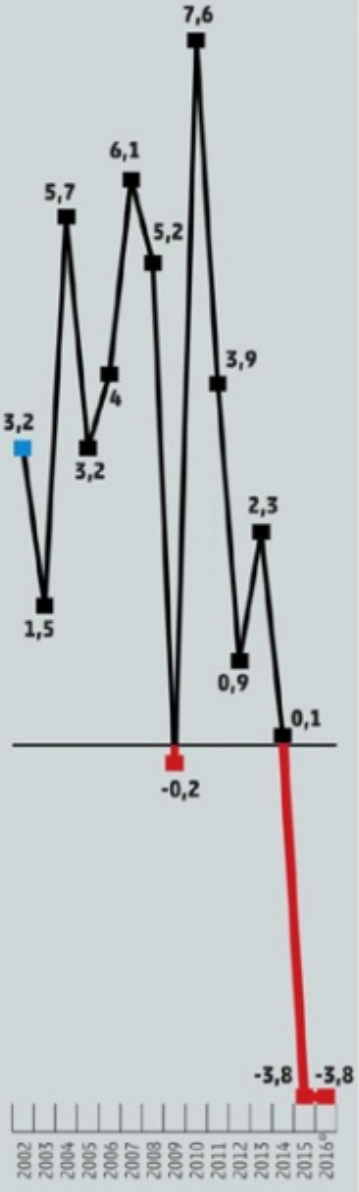
As pesquisas de opinião dão uma boa pista pelo qual governantes ficam tentados a aumentar os gastos públicos: o apreço dos eleitores está diretamente ligado a um relaxamento fiscal. Durante o primeiro mandato, quando o ex-presidente Lula aplicou medidas de ajuste nas contas, a aprovação caiu quase pela metade. Durante a crise internacional, quando expandiu fortemente os gastos para evitar uma desaceleração na economia, a popularidade disparou. A receita foi repetida por Dilma nos primeiros anos de governo, mas a queda da atividade econômica puxou para baixo o apoio dos brasileiros.



* Percentual de entrevistados que avaliam governo como ótimo ou bom. Levantamento realizado a cada trimestre. Para o gráfico, foi levado em consideração o melhor e o pior índice em cada ano.
Fonte: CNI/IBOPE

CRESCIMENTO DA ECONOMIA (PIB)

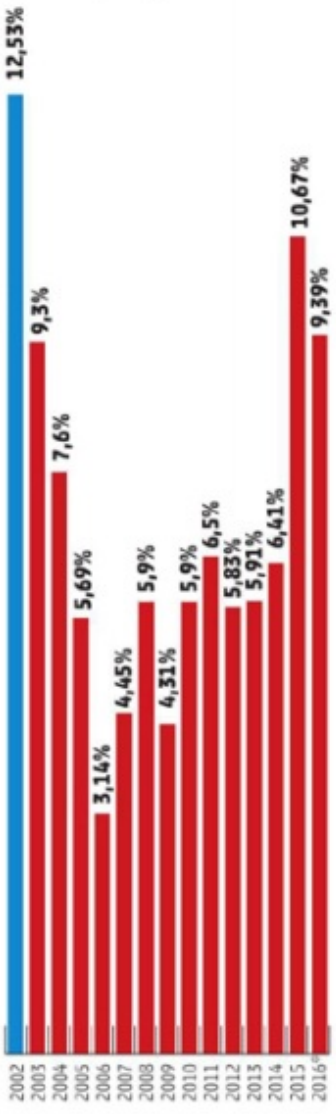
Impulsionado pelo bom preço das matérias-primas no mercado internacional, a economia brasileira cresceu em ritmo forte nos primeiros anos do governo petista. O Brasil era, então, o "queridinho" dos investidores. A rápida e forte recuperação após a crise global parecia confirmar as projeções mais otimistas. Mas a desaceleração da atividade econômica seguida por uma estagnação, reflexo da crescente desconfiança da iniciativa privada em relação às decisões do governo, acabou por mergulhar o país na pior recessão em 25 anos.



*Expectativa de analistas de mercado
Fonte: IBGE e Boletim Focus

INFLAÇÃO OFICIAL (IPCA)

O PT assumiu o governo quase uma década após a implementação do Plano Real, com a inflação já controlada, mas ainda longe do centro da meta (4%). Nos anos seguintes, conseguiu gradativamente reduzir o ritmo dos preços até chegar a 3,14% em 2006, segundo menor índice já registrado na economia brasileira. A estabilidade foi mantida até 2010, quando o incentivo ao crédito colocou mais dinheiro na economia, fazendo a inflação subir rapidamente. Para evitar uma disparada, o BC subiu o juro, e o governo segurou o reajuste de preços administrados, como combustíveis. Quando precisou liberar o aumento, a inflação atingiu patamar bastante semelhante ao encontrado pelo PT na época em que chegou ao Planalto.

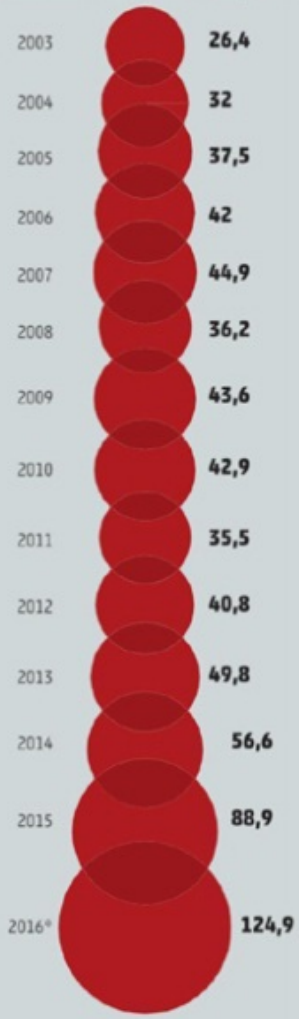


* Acumulado em 12 meses até março
Fonte IBGE

Fundação Getulio Vargas | **Veículo:** Diário Catarinense - SC | **Data:** 11/05/2016
Tópico: CPS | **Página:** 22-25 | **Editoria:** POLÍTICA

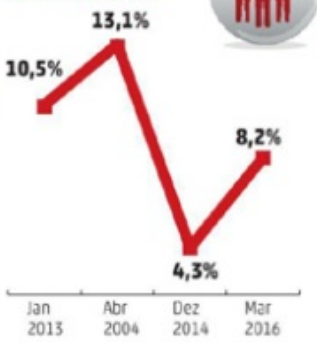
DÉFICIT ANUAL DA PREVIDÊNCIA (EM BILHÕES)

Aprovada ainda no primeiro ano de mandato de Lula, a mudança nas regras do sistema previdenciário para o servidor público evitou que os gastos com aposentadorias causassem um rombo nas contas do governo no curto prazo. Com a nova lei, os funcionários que entraram no serviço público não se aposentariam mais com salário integral, cumprindo o teto já previsto para a iniciativa privada. Importante para redução da desigualdade, o reajuste do salário mínimo acabou aprofundando o déficit da Previdência. De olho na escalada dos gastos, o governo colocou em prática a regra 85/95, fórmula para tentar retardar pedidos de aposentadorias. Mas, sem apoio no Congresso, não aprovou nenhuma alteração que retardasse o movimento ascendente das despesas.



*Previsão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa)

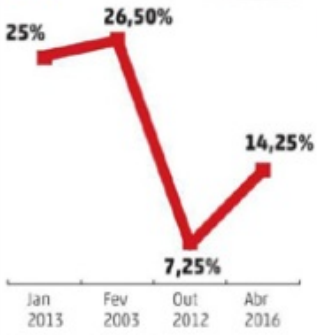
DESEMPREGO



Fonte: PME/ IBGE

O desemprego arrefeceu durante o período que petistas assumiram o comando do Planalto, chegando ao patamar mais baixo da história em 2014. Considerado uma prioridade por Dilma, a equipe econômica adotou ações para evitar que a crise chegasse ao mercado de trabalho. As medidas retardaram, mas não impediram as demissões. Em março, o número de desempregados chegou a 11 milhões, 3,2 milhões a mais que 12 meses antes.

TAXA DE JURO

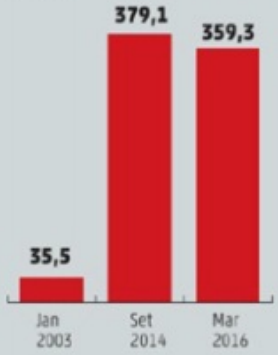


Fonte: Banco Central

Acompanhando a inflação, o custo para pegar dinheiro emprestado foi diminuindo, até chegar a 10,5% no fim do governo Lula. Com a ideia de estimular a economia, Dilma defendia reduzir ainda mais o juro. Em 2012, a taxa chegou ao piso histórico. Em uma queda de braço com os bancos privados, que não reduziam o juro cobrado dos clientes, o governo baixou a taxa cobrada pelos bancos públicos, obrigando as instituições financeiras a realizarem adaptações. Com a alta da inflação, a Selic voltou a subir.

RESERVAS INTERNACIONAIS (EM US$ BILHÕES)

"Colchão de proteção" contra crises estrangeiras, esta poupança demonstra a capacidade que o Brasil tem de quitar dívidas em possíveis turbulências e impede disparadas muito bruscas do câmbio. Quando há retirada de grande volume de dólar do país, o Banco Central (BC) injeta parte das reservas na economia, garantindo certa estabilidade no preço da moeda americana no mercado doméstico. O custo de manutenção das reservas é alto, cerca de R$ 70 bilhões em 2015. E cresce com aumento do juro, já que o governo se endivida para captar recursos e colocar no fundo.



Fonte: Banco Central

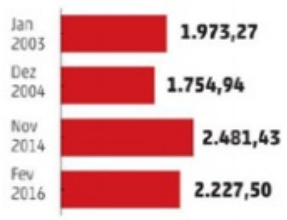
DÍVIDA PÚBLICA DO GOVERNO (% DO PIB)

O controle rigoroso das despesas na primeira metade do governo petista e a redução forte na Selic ajudaram a diminuir a dívida pública brasileira em quase vinte pontos percentuais nos primeiros 10 anos do PT no comando. A conquista foi colocada em xeque nos últimos dois. O fechamento das contas no vermelho em 2014 e 2015 e um novo aumento no juro impulsionaram o endividamento do país a patamares muito semelhantes ao do início de 2003. Uma diferença importante: a maior parte desta dívida agora é em reais, e não em moeda estrangeira.

Fonte: Banco Central

Fundação Getulio Vargas | **Veículo:** Diário Catarinense - SC | **Data:** 11/05/2016
Tópico: CPS | **Página:** 22-25 | **Editoria:** POLÍTICA

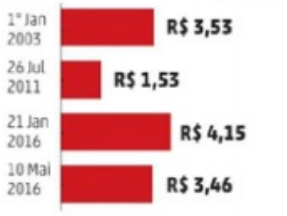
RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS TRABALHADORES



Fonte: IBGE

O reajuste anual do salário mínimo e a queda na taxa de desemprego permitiram que a renda média dos trabalhadores crescesse ao longo dos governos petistas. A recessão econômica e o enfraquecimento do mercado de trabalho nos últimos dois anos fizeram a desigualdade crescer. Ainda perto do topo, a descida tem sido veloz. Em pouco mais de um ano, o recuo foi de mais de 10%.

CÂMBIO*



*Cotação em real. Valor de venda.
Fonte: Banco Central

A desconfiança com a possível chegada de Lula à Presidência, em 2002, fez o câmbio disparar. Boa parte do receio foi dissipada com a A Carta ao Povo Brasileiro e com a chegada de Henrique Meirelles ao Banco Central. Quando a crise global atingiu os países mais ricos, anos mais tarde, o Brasil enfrentou fenômeno oposto: tornou-se destino favorito de investidores estrangeiros e a cotação despencou. O evento ganhou da então presidente Dilma a alcunha de "tsunami monetário", uma referência à enxurrada de dólares que eram depositados no país. No último ano, a desconfiança em relação à economia brasileira voltou a crescer e o preço do dólar disparou mais uma vez, rompendo patamares atingidos 13 anos antes.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL*

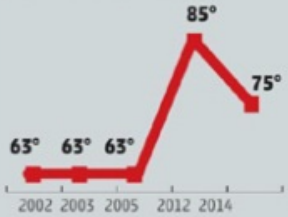
Dando sequência ao movimento iniciado na década de 1990, o Brasil continuou reduzindo a taxa de mortalidade infantil. Com o PT no governo, o índice caiu pela metade. Apesar dos avanços, as disparidades persistem no país. Dos cerca de 5,5 mil municípios brasileiros, em 32 a taxa superava 80 óbitos para cada mil nascidos vivos em 2015.

2002 - 26,04
2015 - 13,82

Fonte: IBGE

POSIÇÃO DO BRASIL NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

No ranking que abrange 188 nações e serve para avaliar o desenvolvimento de um país, o Brasil costuma ficar em posição intermediária. A entrada de outras economias mais desenvolvidas na contagem ajudou a empurrar o país para baixo na lista. Mesmo com a melhora na pontuação durante os últimos anos, com a diminuição da desigualdade de renda, o Brasil avançou em ritmo apenas um pouco mais acelerado que os demais.



Fonte: Pnud, ONU

DOUTORES E MESTRES TITULADOS

A adoção de programas de incentivo à pesquisa, como o Ciência Sem Fronteiras, e o aumento no volume de recursos destinados a programas de pós-graduação refletiram na quantidade de mestres e doutores brasileiros na última década. A União é responsável pelo ensino superior no país, enquanto a administração do ensino básico e médio fica com municípios e Estados.

2002 - 31.338
2003 - 35.743
2014 - 66.974

Fonte: Todos pela Educação